

ÍNDICE

<i>Nota prévia</i>	7
PODERES DE SUPERVISÃO, DIREITO AO SILÊNCIO E PROVAS PROIBIDAS (Parecer)	
<i>Jorge Figueiredo Dias e Manuel da Costa Andrade</i>	11
Consulta	13
I. A integral observância por parte da CMVM do regime legal de super- visão	17
II. A inexistência de meios enganosos de obtenção de prova	27
III. Princípio da presunção de inocência, direito ao silêncio e direito à não auto-incriminação	36
IV. O momento de constituição de arguido em processo de contra-orde- nação	49
Conclusões	52
SUPERVISÃO DO MERCADO, LEGALIDADE DA PROVA E DIREITO DE DEFESA EM PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (Parecer)	
<i>Frederico de Lacerda da Costa Pinto</i>	57
Consulta	59
Introdução	63
I. Supervisão, dever de colaboração e direito de defesa	67
1. O problema, as premissas e a antinomia básica da sentença	67
2. A supervisão dos mercados e a tutela constitucional do sistema financeiro	70
3. A conexão legal entre supervisão e processo sancionatório	77
4. Deveres de colaboração, tutela sancionatória e regime de transpa- rência	81

5. O âmbito do direito ao silêncio e o dever de informar a CMVM	85
6. Soluções do Tribunal: dever de lavrar um auto e de informar os visados	102
7. A legalidade da utilização dos elementos no processo de contra-ordenação	105
II. Legalidade, provas proibidas e efeito-à-distância na fase de julgamento	110
1. A solução da sentença: meio enganoso e violação de segredo bancário	110
2. A inexistência de meios enganosos na obtenção de prova	112
3. A inexistência de violação de segredo bancário	116
4. As provas proibidas, a limitação do efeito-à-distância e a desconsideração do julgamento realizado	119
Resposta à consulta	124
NOTAS BIOGRÁFICAS DOS AUTORES	127